



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CÂMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE PEDAGOGIA**

PHABRICIA DE CARVALHO TEOTÔNIO

PHABRICIA DE CARVALHO TEOTÔNIO

**GUARABIRA-PB
2016**

PHABRICIA DE CARVALHO TEOTÔNIO

**A OBSERVAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
UTILIZADOS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE GUARABIRA – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito para à
obtenção do título de licenciada.
Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof. Ms. Márcia Cristiane
Ferreira Mendes

**GUARABIRA-PB
2016**

T314o Teotônio, Phabricia de Carvalho

A observação dos instrumentos de avaliação utilizados em alunos com deficiência intelectual nas escolas públicas de Guarabira – PB [manuscrito] / Phabricia De Carvalho Teotônio. - 2016.

48 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Márcia Cristiane Ferreira Mendes, Departamento de Educação".

1. Educação Especial. 2. Instrumento de Avaliação. 3. Deficiência Intelectual. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

PHABRICIA DE CARVALHO TEÔTONIO

**A OBSERVAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
UTILIZADOS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE GUARABIRA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, Campus III, como
requisito para a obtenção do título de
licenciada.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 19/10/2016.

BANCA EXAMINADORA

Márcia Cristiane Ferreira Mendes
Prof.^a Ms. Márcia Cristiane Ferreira Mendes (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Débora Regina Fernandes Benício
Prof.^a Ms. Débora Regina Fernandes Benício
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora

Aline de Fátima da Silva Araújo
Prof.^a Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora

Aos meus pais, Joaquim Aurélio e Hercília pelo amor, incentivo e apoio incondicional. E aos amigos e familiares que contribuíram significativa na minha trajetória como acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por ter me proporcionado a alegria de poder chegar até aqui, hoje sou vitoriosa, o tão sonhado curso de graduação agora é real. Eu sei que esse é apenas o primeiro passo de muitos que pretendo trilhar na área da Educação.

Que agradecer aos meus pais Joaquim Aurélio Teotônio dos Santos e Hercília de Carvalho Teotônio, que não mediram esforços para que eu realizasse o meu sonho de concluir o curso de Graduação em Pedagogia. Eles me deram um amor incondicional e a certeza que eu era capaz de chegar até o fim.

A minha orientadora Prof^a. Ms. Márcia Cristiane Ferreira Mendes, pela paciência e carinho que a mesma teve comigo, durante a orientação desse trabalho. E aos demais professores que colaboraram com a minha formação acadêmica.

As minhas madrinhas, Helena Teotônio Prima e Marcia Valeria Teotônio, que mesmo distante, sempre se preocuparam, rezaram e me apoiaram em cada momento, confiando em meu potencial.

Por fim quero agradecer as minhas irmãs Layonara de Carvalho Teotônio e Aurecília de Carvalho Teotônio que apesar da distância não permitiram que a nossa cumplicidade e irmandade se quebrassem.

Ao meu amigo Ronan Tavares que foi enviado por Deus em minha vida, pois ele se tornou minha família em Guarabira – PB.

O departamento e a Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), câmpus III, a qual me possibilitou concluir todas as exigências do curso com êxito.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Instituto Benjamin Constant (IBC)

Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

Instituto Educacional São Paulo (IESP)

Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD)

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Rio de Janeiro;

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Paulo.

Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC)

Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME)

Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB)

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Plano Nacional de Educação (PNE)

Conselho Nacional de Educação (CNE)

Ministério da Educação (MEC)

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma pesquisa realizada com educadoras das escolas públicas da cidade de Guarabira – PB, e tem como objetivo observar os instrumentos de avaliação utilizados pelos(as) educadores(a) com alunos com deficiência intelectual. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa e que para coleta de dados foram aplicados questionários e entrevistas com a finalidade de compreender os instrumentos de avaliativos e seu uso no processo avaliativo desses sujeitos. Participaram dessa pesquisa 39 professoras que atuam em dez escolas públicas desse município. Como aporte teórico recorreremos aos autores Mazzota (2011), Santos (2000), Satoretto (2010), Ministério da Educação. Os resultados desta pesquisa mostram que grande parte dos(as) educadores(as) sentem dificuldades em avaliar um aluno com deficiência Intelectual, afirmando existir essa lacuna pela falta de formação nos seus cursos de graduação por não darem importância a modalidade de Educação Especial.

Palavras-chaves: Educação Especial. Instrumento de Avaliação. Deficiência Intelectual.

ABSTRACT

This article it is a survey of teachers of public schools in Guarabira - PB, and aims to observe the assessment tools used by (the) teachers (a) with students with intellectual disabilities. It is a qualitative and quantitative research and data collection questionnaires were applied and interviews in order to understand the instruments of evaluation and its use in the evaluation process of these subjects. Participated in this study 39 teachers working at ten public schools of this municipality. As the theoretical recourse to the authors Mazzota (2011), Santos (2000), Satoretto (2010), Ministry of Education. The results of this survey show that most of the (as) teachers (as) have difficulty in evaluating a student with intellectual disabilities, saying there is that gap by the lack of training in their undergraduate courses not give importance the form of Special Education.

Keywords: Special education. Assessment Instrument. Intellectual Disabilities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA	8
2 UM BREVE HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA “EDUCAÇÃO ESPECIAL”	10
2.1 O MODELO EDUCACIONAL QUE PERPETUOU NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX E SUAS IMPLICAÇÕES QUANTO À INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS.....	10
2.2 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XXI.....	16
3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL	22
4. METODOLOGIA DE PESQUISA	28
4.1 DELINEAMENTOS DA PESQUISA.....	28
4.2 INSTRUMENTO E AMOSTRA.....	28
4.3 RELATO SOBRE AS ESCOLAS.....	29
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
6 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO: PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA

Nos dias de hoje (século XXI), a educação especial é uma das temáticas mais discutidas no âmbito educacional. Mas, por que essa discussão ganha espaço nos cenários políticos educacionais e nos âmbitos escolares? Talvez por causar tantos questionamentos e dificuldades em torno da educação inclusiva.

Ao longo da pesquisa traremos um breve histórico do Brasil sobre a Educação Especial, no que teoricamente buscaremos observar as mudanças e retrocessos quanto à inclusão de pessoas com alguma necessidade especial no âmbito educacional e os instrumentos avaliativos. Tal histórico também evidenciará que o ambiente educacional sempre foi segregador, tanto na exclusão das mulheres, dos negros e dos mais pobres.

No Brasil se observou que a inclusão era algo a ser alcançado, o olhar a essas crianças com necessidades especiais era indiferente, não acreditavam na capacidade de seus desenvolvimentos.

Sendo assim, diante de um tema questionador e de trazer contribuições para a História da Educação Especial e seus aspectos avaliativos, o trabalho terá como objetivo geral observar os instrumentos de avaliação utilizados pelos educadores de alunos com deficiência intelectual nas escolas públicas de Guarabira – PB. E para uma compreensão maior desse objetivo faz-se necessário: entender a trajetória histórica da avaliação na modalidade de Educação Especial; compreender a problemática na sistematização da avaliação dos alunos com deficiência intelectual; entender a realidade do processo de avaliação dos alunos com deficiência intelectual na sala regular de ensino.

O interesse em realizar essa pesquisa partiu das minhas participações nos estágios supervisionados nas escolas públicas de Guarabira – PB exigido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Câmpus III, do curso de Pedagogia, e que pude a princípio perceber que os educadores não se sentiam preparados em receber alunos com necessidades especiais no ensino regular e em como avaliá-los. O próprio sistema de avaliação brasileira exige que seja verificada a aprendizagem dos alunos através de notas quantitativas, por mais que afirmem que a avaliação deverá ser continuada e qualitativa, no final o desempenho do aluno é medido quantitativamente.

Sendo assim, na incerteza levantada pelos educadores que desconheciam como avaliar e realizar atividades que atendam suas necessidades é que alguns questionamentos surgiram: Como os educadores lidam com os desafios e as situações que surgem

diariamente em sala de aula? Como avaliar os alunos em seus diferentes níveis de aprendizagem se tratando de alunos com necessidades especiais? O sistema educacional de ensino exige que a aprendizagem dos alunos inseridos na rede regular sejam avaliados qualitativamente e quantitativamente, sendo assim, como avaliar os alunos com necessidades especiais? Os alunos com necessidades especiais, de fato, se sentem incluídos no sistema educacional de ensino regular? Há um instrumento de avaliação ideal para ser utilizado com alunos com necessidades especiais? Os educadores estão preparados, em sua formação no ensino superior, para receberem os alunos no ensino regular com necessidades especiais? Diante dessas inquietações nos estimulamos a pesquisar, a buscar conhecimentos teóricos e legais que regulamenta a educação no Brasil no que se refere à Educação Especial e verificar se existe uma orientação para realizar avaliações com alunos com necessidades especiais, inclusive a intelectual, sendo esse o foco de nossa pesquisa.

Segundo a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento ([AAIDD](#)), o caracteriza por um funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade.

É importante destacar a diferença entre Deficiência Intelectual e Doença Mental, o que alguns acreditam ser a mesma coisa. Desde já afirmo suas diferenças: Doença Mental se refere a situações emocionais, a psique, a um comprometimento do processamento das informações, o que ocasiona uma mudança de comportamento, como a esquizofrenia, dentre outros. Já a deficiência mental se relaciona ao intelecto, relacionado ao fator cognitivo.

Na procura de uma compreensão maior baseada nessas inquietações e nos objetivos propostos, o trabalho foi sistematizado da seguinte forma: no primeiro capítulo introdutório nortearmos o leitor sobre como surgiu a pesquisa; no segundo capítulo buscaremos trazer um breve histórico de como estão inseridos os alunos com necessidades especiais no ensino regular; no terceiro capítulo discutiremos com base legal o que se refere à Educação Especial; no quarto capítulo discutiremos o que é a avaliação no ensino regular direcionado ao aluno com deficiência Intelectual, juntamente com a pesquisa realizada em escolas públicas de Guarabira – PB, com enfoque nos aspectos avaliativos.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA “EDUCAÇÃO ESPECIAL”.

2.1 O MODELO EDUCACIONAL QUE PERPETUOU NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX E SUAS IMPLICAÇÕES QUANTO À INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

A Educação Especial se transformou nessa pesquisa algo instigador, no sentido de que nos impulsionou a tentar compreender como está sendo o processo avaliativo de alunos com suas necessidades especiais, no caso, a deficiência intelectual.

Sendo assim, é imprescindível traçar o percurso histórico da Educação Especial no Brasil para entendermos o processo avaliativo que está sendo utilizado para alunos com deficiência nas escolas regulares de ensino. Por entender a existência de vários tipos de deficiência, a pesquisa se deterá apenas a deficiência intelectual, no que seria impossível aprofundar dentro de uma mesma pesquisa todos os tipos de deficiências.

O modelo de educação que perpetuou por várias décadas no Brasil era um modelo de segregação, visto que os alunos eram submetidos a níveis, no qual deveriam chegar a um mesmo potencial de aprendizagem, e os que não se adequavam ao modelo de ensino tradicional da época eram excluídos ou tidos como “retardados”.

Segundo Mazzotta (2011), a criança, a mulher, o idoso e o deficiente (mental, auditivo, visual, motor, físico e deficiência múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além de pessoas superdotadas) foram excluídos do processo educativo por vários séculos (século XVIII e XIX), e conseqüentemente não tiveram espaço nos projetos de lei que propiciassem seu desenvolvimento.

Conforme Mazzotta (2011 p. 28). No Brasil, o atendimento a pessoas com deficiência teve início em dois momentos distintos, o primeiro delimitado de 1859 a 1956, que são as iniciativas oficiais e particulares e o segundo em 1957 a 1993, com as iniciativas de âmbito nacional.

No primeiro momento, com a iniciativa de D. Pedro II, foi criado em 12 de Setembro de 1854, no Rio de Janeiro - RJ, a primeira instituição especializada para atendimento às crianças com deficiência visual, sendo esta “O Imperial Instituto dos Meninos Cegos”. Vale salientar que ainda eram poucas as instituições que tinham a

preocupação com a formação educacional de crianças com alguma deficiência, no que é citado o instituto para crianças com deficiência visual.

O grande incentivador para criação desse instituto foi o brasileiro José Alvares de Azevedo, que estudou no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentim Haiüy no século XVIII. Segundo Mazzotta (2011 p.29). Tais iniciativas tiveram ao longo do tempo suas mudanças, o que em 1890 muda-se para Instituto Nacional dos Cegos, e em 24 de Janeiro de 1891, pelo decreto de nº 1.320, a escola passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC) em homenagem ao Ministro da Instrução Pública Benjamin Constant.

No governo ainda de D. Pedro II, pela Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, três anos após a criação do Instituto Benjamin Constant, foi fundada também no Rio de Janeiro o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”. O Brasil ainda por influência educacional Europeia, com a chegada do Francês Ernerto Hüet e seu irmão, contribuiu para estruturar uma educação diferenciada para as pessoas surdas, o que cem anos após a sua fundação cria-se o “Instituto Nacional de Educação de Surdos” - (INES). Segundo Mazzotta (2011), a referida escola caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a educação literária e o ensino profissionalizante.

Na perspectiva de discussão sobre a educação de alunos com deficiência, em 1883, com os trabalhos já desenvolvidos pelo IBC e do INES, abriu-se a possibilidade de refletir e propor iniciativas para a educação no 1º Congresso de Instrução Pública, convocadas pelo Imperador.

Em relação aos Deficientes Mentais, segundo Mazzotta (2011), o Hospital Juliano Moreira foi uma referência na assistência dessas pessoas, mas segundo relatos não pôde ser caracterizado como um atendimento pedagógico por falta de documentos que comprovem tal afirmação, visto que se tratava de um hospital psiquiátrico.

Nesse período destacava que as iniciativas a educação especial foram de formas isoladas, por alguns estados, por iniciativas de alguns presidentes de instrução, por pessoas interessadas a esse tipo de ensino, mas que a discussão não se deu de forma global e que levassem a uma mudança no sistema educacional do país. O que Mazzotta (2011) cita em sua obra são algumas Instituições e Fundações, sendo estas: Deficientes visuais – Instituto Benjamin Constant (IBC); Instituto de Cegos Padre Chico; Fundação para o Livro do Cego no Brasil; Deficientes auditivos – Instituto Santa Terezinha; Escola Municipal de Educação Infantil e de 1º Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller; Instituto Educacional São

Paulo (IESP); Deficientes Físicos - Santa Casa de Misericórdia em São Paulo; Lar-Escola São Francisco; Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), Deficientes Mentais – Instituto Pestalozzi de Canoas; Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais; Sociedade de Pestalozzi de São Paulo; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Rio de Janeiro; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Paulo.

As instituições citadas tiveram influências de teóricos que contribuíram para aprimorar o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, como a educadora Maria Montessori¹, que desenvolveu princípios fundamentais para o desenvolvimento da criança: a atividade, a individualidade e a liberdade, enfatizando os aspectos biológicos, pois, considerando que a vida é desenvolvimento, achava que era função da educação favorecer esse desenvolvimento. Defendeu que os estímulos externos formariam o caráter da criança, que na sala de aula a criança era livre para agir sobre os objetos sujeitos a sua ação, mas esses já estavam preestabelecidos, como os conjuntos de jogos e outros materiais que desenvolveu.

Os materiais didáticos importantes para Montessori destacam-se em cinco grupos: Exercícios Para a Vida Cotidiana - Material Sensorial - Material de Linguagem - Material de Matemática - Material de Ciências.

Sendo assim, um discípulo de Montessori, “Pestalozzi²” desenvolveu um método chamado intuitivo e de observação no ensino de pessoas com necessidades especiais. Pestalozzi parte de um ponto interessante, ele acredita na criança, no que ela é e no que ela pode chegar a ser, partindo da formação primeiramente como indivíduo e depois com o conhecimento que ele vai adquirir.

Tais iniciativas, por mais que levassem a pensar numa educação diferenciada não atingiu boa parte dos educadores que estavam dentro das escolas e fora dela, o que também não descaracterizou o pensamento da sociedade em relação a esses sujeitos, sendo

¹ Maria Montessori nasceu na Itália, em 1870, e morreu em 1952. Formou-se em medicina, iniciando um trabalho com crianças anormais na clínica da universidade, vindo posteriormente dedicar-se a experimentar em crianças sem problemas, os procedimentos usados na educação dos não normais.

² Johann Heinrich Pestalozzi nasceu em 1746 em Zurique, na Suíça. Se dedicou a observar o desenvolvimento da criança e somente aos 50 anos seus estudos ganham espaço, ao ser chamado para dar aulas aos órfãos da batalha de Stans. Mais duas experiências se seguiram, em escolas de Burgdorf e Yverdon. Nesta última, que existiu de 1805 a 1825, Pestalozzi desenvolveu seu projeto mais abrangente, dando aulas para estudantes de várias origens e comandando uma equipe de professores. Divergências entre eles levaram a escola a fechar. Yverdon projetou o nome de Pestalozzi no exterior e foi visitada por muitos dos grandes educadores da época.

considerados incapazes, excepcionais, e que não poderiam estar no mesmo ambiente educacional que outras crianças tidas como normais, sendo excluídos do processo educacional, como afirma Santos (2000), caracterizado pela segregação e exclusão, a “clientela” é simplesmente ignorada, evitada, abandonada ou encarcerada – e muitas vezes assassinada.

No segundo momento retrata uma discussão mais ampla e de iniciativas globalizantes, correspondendo o período de 1957 a 1993. Segundo as afirmações de Mazzotta (2011, p. 52), “O atendimento educacional aos excepcionais foi explicitamente assumido, a nível nacional, pelo governo federal, com a criação de Campanhas especificamente voltadas para este fim”.

A década de 1960, na história, é marcada como um período em que os movimentos sociais lutam por seus direitos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, o que Santos (2000, p. 3) considera que:

Por um lado, a humanidade prima pela igualdade de valor dos seres humanos, e como tal, pela garantia da igualdade de direitos entre os mesmos. Por outro lado, esta mesma humanidade já não mais comporta a existência da ignorância, seja porque esta pode torná-la dependente (incapacitada para desfrutar de seus direitos), seja porque ela a exclui de um ritmo de produção cada vez mais vital à crescente competitividade, por lhe dificultar o exercício pleno de um de seus deveres de cidadã: o de uma humanidade trabalhadora, produtiva, participativa e contribuinte.

Em 1960 foram criadas duas campanhas: a “Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC)” e a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais” (CADEME) que tinham por finalidade promover em todo território nacional a educação, treinamento e assistência educacional das crianças relacionadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo (MAZZOTA, 2011, p. 55).

Na década de 1970, observamos nos países em desenvolvimento amplas discussões e questionamentos sobre a integração dos deficientes mentais na sociedade, no Brasil acontece nesse momento a institucionalização da Educação Especial em termos de planejamento de políticas públicas, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973. (MAZZOTTA p.59)

A Constituição da República Federativa resultando no processo de democratização do país veio para garantir direitos fundamentais para cidadãos brasileiros.

Diz no seu artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e a propriedade.

Podemos dizer que ficou assegurado pela Constituição Brasileira (1988) o direito de todos à educação, garantindo assim, atendimento educacional a todas as pessoas, sem distinção de cor, raça, etnia ou pessoas que apresentam quaisquer necessidades educacionais especiais.

A década de 1990 é marcada por um grande avanço na educação especial, com a Conferência Mundial de Jomtiem. Nesse evento estavam presentes mais de 92 países, onde todos buscavam um propósito: educação de qualidade para todos até o ano 2000.

Entre os pontos principais de discussão na referida conferência, o ponto alto foi a necessidade de se prover maiores oportunidades de uma educação duradoura, que possuem três objetivos diretamente relacionados, e que trarão repercussões na educação especial:

1) Estabelecimento de metas claras que aumentem o número de crianças frequentando a escola;

2) Tomada de providências que assegurem a permanência da criança na escola por um tempo longo o suficiente que lhe possibilite obter um real benefício da escolarização; e

3) Início de reformas educacionais significativas que assegurem que a escola inclua em suas atividades, seus currículos, e através de seus professores, serviços que efetivamente correspondam às necessidades de seus alunos, das famílias e das comunidades locais, e que correspondam às necessidades das nações de formarem cidadãos responsáveis e instruídos. Foi nessa solenidade que assinaram a Declaração de Salamanca, declaração essa que vem para ampliar a educação especial, incluindo-a nessa educação para todos.

O mencionado documento vem referir-se a educação especial, da seguinte maneira:

Durante os últimos 15 ou 20 anos, tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por qual motivo for. (Declaração de Salamanca p.15)

Nesse ponto de vista, o termo educação especial passou a ser bem mais abrangente, deixa de tratar apenas de um grupo de pessoas portadoras de alguma deficiência, mas sim pessoas que passam por algum problema que venha de alguma forma a lhe afetar, como por exemplo: encontre alguma dificuldade para passar de ano, que sejam forçadas a

trabalhar, que vivem em extrema pobreza e apresente desnutrição, as que são vítimas de alguma violência física e sexual, sofrem de algum conflito interno ou externo que interferem em sua vida educacional.

Diante dessa nova visão do que a educação especial abrange, percebe-se a necessidade da existência de um sistema que atue efetivamente na Educação Especial, já que o público alvo cresceu, preocupando o governo federal quanto à formação e a especialização de profissionais para trabalhar com Pessoas com deficiência.

Toda essa preocupação tinha sim um fundamento, pois se já era difícil de trabalhar com o sistema de educação especial, que dirá trabalhar agora com o ensino regular e o ensino especial juntos, eram barreiras a serem vencidas e quando vencidas estaríamos cumprindo o que diz a Declaração de Salamanca, incluir na prática a educação especial no sistema de educação para todos.

No intuito de garantir a educação de pessoas com necessidades especiais é que é aprovado e publicado em dezembro de 1996 a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB) 9.394/96. Podemos citar que essa lei promoveu a extensão da oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos.

A Política Educacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva, publicada pelo MEC em 2008 é considerada um marco teórico e organizacional na educação brasileira, define a educação especial como uma modalidade não substitutiva à escolarização.

O conceito de atendimento educacional complementar ou suplementar à formação dos alunos, e o público alvo da educação especial seriam pessoas com necessidades especiais como transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, constituídas pelos alunos superdotados. De acordo com as diretrizes da nova política:

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos, realiza o atendimento educacional especializado e orienta sua utilização no processo de ensino aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (MEC/SEESP, 2008, p 15)

Os princípios definidos na atual política são ratificados pela Conferência Nacional da Educação Básica 2008, que diz em seu documento final:

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotadas nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, a aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino, a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior, a oferta do atendimento educacional especializado, a formação de professores para atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para inclusão, a participação da família e da comunidade, acessibilidade e a articulação intersetoriais na implementação de políticas públicas. (MEC/SEESP, 2008).

A educação especial tem esse papel de incluir, de aproximar as crianças ditas normais às que tenham alguma necessidade especial criando um ambiente de socialização. Essa modalidade de ensino tornou-se pauta constante nos enfoques educacionais brasileiros, impulsionando novas formulações que reorientam o apoio técnico e financeiro, no sentido de promover condições necessárias para conseguir e obter essa inclusão escolar dos alunos, público alvo da educação especial nas redes públicas de ensino.

2.2 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

A avaliação é algo que tem trazido grandes discussões por ser considerado ao longo da história como um bicho papão. Só em mencionar a palavra “avaliação”, para muitos, traz marcas negativas. E o processo de avaliar é algo difícil de ser realizado, por isso ainda é muito complexo.

Segundo Hoffman (1991), a avaliação tem trazido uma carga de negatividade e medo, visto que as pessoas ao falar em avaliação remetem somente a provas e testes. Assim:

O tema avaliação configura-se gradativamente mais problemático na educação à medida se amplia a contradição entre o discurso e a prática dos educadores. Embora professores ainda relacionem estreitamente a ação avaliativa a uma prática de provas finais e atribuição de graus classificatórios (coerente a uma concepção sentenciva). (HOFFMANN, 1991, p. 28).

Numa concepção de avaliação trazida por Santos (2005) ela tem o caráter de julgamento das atividades escolares que acontecem no processo ensino-aprendizagem. O professor neste processo faz a intervenção e média da aprendizagem do aluno.

Hoffmann (1991) em sua concepção de avaliação orienta que compreender e reconduzir a avaliação numa perspectiva construtivista e libertadora exige, no seu entender, uma ação consensual nas escolas e universidades no sentido de revisão do significado político das exigências burocráticas dos sistemas municipais, estaduais e federais de Educação. A avaliação importa para uma educação libertadora, desde que seu papel não seja o de aprender verdades autoritárias, mas investigar, problematizar e principalmente ampliar perspectivas.

Como mencionamos, avaliar é um comprometimento com o desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Mas quando falamos de Avaliação também nos remetemos a Educação Especial. Como afirma Sartoretto (2010, p. 1) em relação à avaliação a alunos com deficiência:

A avaliação sempre foi uma pedra no sapato do trabalho docente do professor. Quando falamos em avaliação de alunos com deficiência, então, o problema torna-se mais complexo ainda. Apesar disso, discutir a avaliação como um processo mais amplo de reflexão sobre o fracasso escolar, dos mecanismos que o constituem e das possibilidades de diminuir o violento processo de exclusão causado por ela, torna-se fundamental para possibilitarmos o acesso e a permanência com sucesso dos alunos com deficiência na escola.

Diante das dificuldades em avaliar um aluno com deficiência é que mostraremos algumas orientações de como avaliar um aluno especial, fornecido pela Fundação de Apoio ao Deficiente (Funad) e elaborado por Maria Lúcia Sartoretto (2010), disponibilizado na referência bibliográfica e pelo site.

Conforme Sartoretto (2010, p. 2):

Neste contexto, a avaliação escolar de alunos com deficiência ou não, deve ser verdadeiramente inclusiva e ter a finalidade de verificar continuamente os conhecimentos que cada aluno possui, no seu tempo, por seus caminhos, com seus recursos e que leva em conta uma ferramenta muito pouco explorada que é a co-aprendizagem.

Assim, ao avaliar um aluno com deficiência é importante observar desde o momento em que chegou à sala de aula e seus avanços no desempenho cognitivo e motor, assim como utilizar os recursos pedagógicos a seu favor.

Segundo a Política Nacional para Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), capítulo VI:

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu 5 progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana. (p.12)

Quanto às ferramentas ou procedimentos avaliativos, Fernandes (2010) nos aponta a observação e o registro de atividades individuais e coletivas, o portfólio, a entrevista e a auto-avaliação como instrumentos capazes de auxiliar a todos os estudantes a avançar na aprendizagem.

Como sugestão de avaliação Fernandes (2010) sugere a observação e o registro das atividades individuais e coletivas como sendo um dos instrumentos mais completos de avaliação, pois através deste procedimento avaliativo o professor poderá não apenas registrar fatos e situações, mas também compreender certas condutas presentes na rotina dos estudantes, principalmente se o professor conseguir envolver nesta observação outros espaços de aprendizagem além da sala de aula, como os momentos de recreação, aula de educação física e outros momentos e espaços que a instituição oferece na rotina escolar.

Sobre o rendimento da Avaliação Escolar a LDB, no art. Inciso V, diz que:

- V - a verificação do rendimento escolar observará o, s seguintes critérios:
- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
 - b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
 - c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
 - d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

É tão difícil sermos avaliados, porém, isso é algo contínuo em nossas vidas, em todos os âmbitos: educacional, profissional e social. E quando falamos de avaliação na modalidade Educação Especial? Assim, os questionamentos certamente aparecem: como avaliar os alunos que têm alguma deficiência, sendo ela intelectual? Será que estamos avaliando o aluno da maneira correta? São muitos pontos que devemos levar em consideração, os quais na maioria das vezes são desconsiderados, o que acaba prejudicando o aluno que tem deficiência intelectual.

Um dos grandes problemas encontrados pelos professores da rede pública de Guarabira - PB é a falta de um instrumento para avaliar um aluno com deficiência. Como transformar uma avaliação realizada com um aluno que tem deficiência, o seu acompanhamento, de forma quantitativa? Ou em algum conceito, ou habilidade que são termos usamos por alguns educadores? Nem sempre esses alunos vão alcançar o que os professores esperam, porque cada um segue seu ritmo de desempenho intelectual. Dessa forma, causa constrangimento ou angústia nos educadores, por acharem que existe um nivelamento na aprendizagem, como o próprio currículo obrigatório das disciplinas.

O professor tem uma matriz curricular a ser cumprida durante o ano, e o aluno tem que assimilar os conteúdos, só que quando isso não acontece em virtude das dificuldades causadas pela deficiência, este não consegue desenvolver outra atividade diferenciada.

Uma orientação passada pela FUNAD para os professores sobre avaliação dos alunos com deficiência é que, devem ser considerados todos os registros e avanços da evolução dos alunos, e um instrumento que contribui para esse acompanhamento é o portfólio. Segundo Sartoretto (2010) a utilização dos portfólios permite conhecer a produção individual dos alunos e analisarem a eficiência da prática pedagógica do professor.

Segundo Fernandes (2010), o portfólio é um instrumento que permite posteriormente ao aluno e a seus pais perceberem como se iniciou o trabalho programado e como ele se desenvolveu. Ele revela para o aluno e para o professor quais foram as questões iniciais e finais levantadas pelo aluno e, conseqüentemente, as suas aquisições, o que auxilia na escolha de futuros trabalhos conforme o foco de interesse do aluno no desenvolvimento das atividades e da avaliação.

Quando a avaliação escrita é a mesma para todos, seja os alunos ditos normais ou com alguma deficiência passam para o mesmo procedimento, porém os alunos especiais mudam como será realizado. Para os alunos do Atendimento Educacional Especializado – AEE, pode ser aplicada na Secretaria Municipal, onde o mesmo pode ter mais tempo, e uma orientação individualizada. Se o aluno não souber ler, o professor pode fazer as perguntas oralmente e o professor responder as perguntas por ele, além da utilização do desenho que pode ser considerado como um recurso para a avaliação do mesmo, em determinada atividade. Vai se atribuir uma nota quantitativa, ou um conceito, mas deve ser levado em consideração o conhecimento e não o número de questões acertadas.

Na entrevista realizada com uma educadora do quarto ano, de uma escola Estadual de Guarabira – PB, que daremos o pseudônimo de Helena, afirma que não usa nenhum instrumento, como relata a seguir: “não, não existe”. Em relação aos instrumentos de avaliação dos conteúdos obrigatórios a mesma educadora respondeu: “não, não vem nada, nada para trabalhar com alunos especiais. A gente fica trabalhando fazendo de conta, fazendo de conta que os alunos com deficiência estão progredindo quando na verdade não compreendem o que está sendo passado”.

Quanto à formação dos educadores Helena respondeu que nenhuma formação existiu, nem mesmo da secretaria de educação do Estado da Paraíba, e nem da Fundação de Apoio ao Deficiente (FUNAD), como mostra a seguir em seus relatos:

Não, quando tem formação é apenas para os professores da sala da AEE, nada para sala regular. É isso que acho errado. Na sala da AEE, tem dois ou três atendimentos semanais. E eu? Eu que estou com eles todos os dias, cinco horas por dia não tenho formação nenhuma. Eu não me sinto preparada para receber alunos com deficiência. (HELENA, entrevista concedida no dia 31 de agosto de 2016).

Outras colocações foram surgindo em relação à prática do professor com alunos que tem deficiência, como:

Eu não me sinto preparada para receber um aluno especial. Posso até me sentir prejudicada por vários anos que leciono, e já estando perto de me aposentar, mas não me sinto preparada. Mas é a verdade! Vou levando como os demais professores. Essa é a realidade. Posso até conversar, ajeitar, agora desenvolver o intelectual dele, não! Não sou preparada. (HELENA, entrevista concedida no dia 31 de agosto de 2016).

Tratando-se da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) também realizamos uma entrevista observando e questionando quais as formas de estimular o desenvolvimento do aluno com deficiência. Atribuiremos o pseudônimo Rosa para a educadora, que responde da seguinte forma:

Jogos, atividades no computador, todos os jogos direcionados com desenvolvimentos deles, recortes e colagem também. Já tivemos alunos que não sabiam nem folhear uma revista, e quando não sabe isso é um problema na coordenação motora do aluno. Agora na sala do AEE não nos preocupamos com os conteúdos programados. Esses conteúdos são trabalhos na sala regular, aqui não! Aqui trabalhos o concreto! (Rosa, entrevista concedida em 31 de Agosto de 2016).

E o acompanhamento que os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) fazem com esses alunos, faz com que os próximos educadores conheçam sua evolução na aprendizagem, quando Rosa afirma mediante a sua prática:

No final do ano é feito um relatório sobre cada aluno vendo o que ele desenvolveu ou não. E fazemos uma avaliação sobre o aluno, para que o próximo professor já saiba como é aquele aluno e tenha um conhecimento prévio sobre ele. É colocado no relatório o que ele progrediu, o que ele necessita em cima de suas dificuldades. Tem uma ficha individual na sala do AEE e essa ficha é complementa o relatório. Esse relatório é um instrumento junto com a ficha que orientado a ser trabalhado nas salas multifuncionais. (Rosa, entrevista concedida em 31 de Agosto de 2016).

O que educadora citou em seu relato também fortalece que as avaliações dos alunos com deficiência devem ter fichas de acompanhamento individual e que no final do ano possibilitará o trabalho dos professores na elaboração do relatório final a ser entregue a secretaria de Educação do Estado ou município de qualquer localidade. Por isso, o portfólio também contribui para avaliar o aluno em seus vários aspectos de seu desenvolvimento.

As respostas dadas pelas educadoras também reafirmaram o quanto a Educação Especial está longe para alcançar a inclusão com alunos que tem deficiência. Nem mesmo os educadores se sentem preparados para avaliar um aluno que tem laudos que apresentem sua deficiência.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

No decorrer dos anos, existiram várias legislações e decretos visando melhorar a escolarização de pessoas com deficiência. Mas para que essas mudanças acontecessem foram criadas leis que atendessem e obrigassem o sistema de ensino a receber alunos com deficiência em suas reais situações. Nesse momento abordaremos alguns leis e decretos que se referem à Educação Especial o que vem garantir o direito descrito na nossa constituição brasileira de 1988.

Dessa forma, com a primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional de 1961 – Lei 4.024, fundamenta o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais”, o que ao longo da história trouxe críticas a essa visão em torno desses alunos, como segue no trecho: “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Título X, Da Educação de Excepcionais, art. 88. Então, ainda nesse momento eram visto de forma segregada sem inclusão.

A Lei de 1971, nº. 5.692, momento este ainda configurado na ditadura Militar, compreendia a formação dos alunos com alguma deficiência, que estes teriam que estar em um ambiente separado de aprendizagem, no que o texto afirma que os alunos deveriam receber um atendimento especial, mas não no ensino regular, como afirma no art. 9º. “Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação”.

A constituição Federal de 1988, o artigo 208, que trata a educação básica, coloca a educação gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

A lei de 1989, nº 7.853, em seu texto dispõe sobre a integração social das Pessoas com deficiência, obriga a inserção de escolas especiais dentro das escolas públicas, o que garante na constituição de 1988 a obrigatoriedade e gratuidade. Também afirma que o

poder público deve se responsabilizar pela matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino. .

Em 1990, outro pulo na Educação Especial com a lei nº 8.069, mais conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente, garante também o atendimento a Pessoas com Deficiência a um ensino de qualidade e atendimento especializado nas escolas regulares públicas e privadas; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição. O ECA, Art. 11, § 1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A política Nacional de Educação Especial, em 1990, em termos de inclusão, para alguns é considerada um retrocesso, pois apenas coloca como garantia a educação institucionalizada dos alunos que mesmo tendo alguma deficiência os que conseguem acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos “normais”. Ou seja, a política exclui grande parte desses alunos do sistema regular de ensino, “empurrando-os” para a Educação Especial. Também define os tipos de deficiência.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação, no art. 58, deixa específico a Educação Especial, e afirma que quando necessário haverá serviços de apoio especializado na escola regular, para atender Pessoas com Deficiência. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Conforme o capítulo V, que trata da Educação Especial, Art 58, onde afirma que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Esse artigo trata o que se entende por Educação Especial e o que regula que as Pessoas com Deficiência pode estar matriculada em escolas de ensino regular tendo também um atendimento especializado.

Sendo assim, as propostas, o currículo, os recursos educativos deverá estar de acordo com essa modalidade de ensino, como afirma no art. 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. _O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

A regulamentação a Educação Especial da LDB se encontra no capítulo V, e que coloca que as escolas obrigatoriamente deverão matricular Pessoas com Deficiência, sem nenhuma segregação ou preconceito. O aprendizado a esse aluno não poderá ser negado, levando em consideração suas potencialidades a estimulando-as.

Com o decreto de 1999, nº. 3.298, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, sendo o objetivo principal é assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no “contexto sócio-econômico e cultural” do país. Sobre o acesso à Educação, o texto afirma que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.

A partir do Plano Nacional de Educação, de 2001 a 2011, coloca com uma de suas metas que a Educação Especial deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que “a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência” era uma medida importante.

O conselho Nacional de Educação (CNE) de 2001 institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre os principais pontos, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Porém, o documento coloca como possibilidade a substituição do ensino regular pelo atendimento especializado. Considera ainda que o atendimento escolar dos alunos com deficiência tem início na Educação Infantil, “assegurando- lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado”.

Em 2002 – Resolução CNE/CP Nº1/2002 a resolução dá “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”. Sobre a Educação Inclusiva, afirma que a formação deve incluir, art. 6, parágrafo V, § 3º “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”.

Dentro do contexto social e político do Brasil viu-se em 2006, com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, Unesco e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, incluir em suas metas a inclusão de tema relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.

No Plano de Desenvolvimento da Educação em 2007, no âmbito da Educação Inclusiva, dentro da estrutura da escola, deveria proporcionar acessibilidade a Pessoas com